

**HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL  
DR. GASTÃO VIDIGAL (1953-1975):  
UM OLHAR ANALÍTICO SOBRE A  
FORMAÇÃO DO CORPO DOCENTE**  
STATE HIGH SCHOOL DR. GASTÃO VIDIGAL  
(1953-1975): ANALYTICAL A LOOK ON THE  
FORMATION OF THE SCHOOL STAFF



Vol.10 n° 19 jan./jun.2015  
p. 97 - 108

**Viviane de Oliveira Berloff Caracato<sup>1</sup>**  
**Maria Angélica Olivo Francisco Lucas<sup>2</sup>**  
**Maria Cristina Gomes Machado<sup>3</sup>**

**RESUMO:** Por meio do presente artigo objetivamos apresentar análises acerca da formação do corpo docente do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, a fim de verificarmos a qualificação dos profissionais que nele atuaram. As reflexões que o constituem fazem parte de uma pesquisa mais ampla acerca da história da referida instituição de ensino, situada no município de Maringá-PR, que visava reconstituir seu processo histórico a partir de 1953, ano de sua criação, a 1975, quando recebeu legalmente a autorização para ofertar o ensino de 1° e 2° graus, mediante a Lei n° 5692/71. Por acreditarmos que esse estabelecimento educacional faz parte de um contexto mais amplo, julgamos necessário compreender o contexto educacional do período em questão e os aspectos relacionados à colonização do município de Maringá-PR. Nesse sentido, elegemos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e a realização de entrevistas semiestruturadas. Na primeira parte, discorremos sobre a fundação de Maringá; na segunda, abordamos a implantação da supracitada instituição e, por fim, analisamos a formação do corpo docente que atuou frente à classe estudantil do referido colégio. Desse modo, foi possível constatar que o quadro de educadores fora formado por profissionais de várias áreas, os quais em sua maioria não possuíam a devida formação para o magistério, assim como por estudantes do próprio colégio, situação esta resultante da ausência de escolas de formação de professores tanto em nível estadual, como nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal; Instituições Escolares; Formação do Corpo Docente

**ABSTRACT:** In the present work we aim to show an analyses on the constitution of the school staff in Dr. Gastão Vidigal State School, in order to get to know the professional qualifications of the staff members that have worked there. These reflexions are

<sup>1</sup>Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá, Professora da Rede Municipal de Ensino de Maringá e Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Metropolitana de Maringá.

<sup>2</sup>Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup>Professora do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá.

part of a broader research on the history of the aforementioned institution, located in the municipality of Maringá, in the state of Paraná, which aimed to have a look at the historical process of the institution since its foundation in 1953 until 1975 when it received a legal validation to offer the 1st and 2nd degree courses of basic education, by means of the law number 5692/71. As we believe that this school is part of a broader context, we consider it necessary to comprehend some aspects related to the colonization of the municipality. Thus, we elected as methodological procedure a bibliographical and documental research, as well as semi-structured interviews. In the first part, we digress on the foundation of Maringá; in the second part, we approach the implementation of the aforementioned institution, and, finally, we analyze the constitution of the school staff. In this way, it was possible to realize that the school staff was made up of professionals from diverging fields, of whom the majority did not have the necessary qualifications for the teaching practice, as well as of students of the same institution, as a result of the lack of specialized schools for the qualification of teachers in a state level as well as in a federal level.

**KEY WORDS:** Dr. Gastão Vidigal State School; School Institutions; Formation of School Staff.

## Introdução

Neste artigo, pretendemos apresentar alguns elementos históricos relacionados à criação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal em Maringá-PR, entre 1953 e 1975, e análises acerca da formação e qualificação do corpo docente que atuou na instituição no referido período.

Nesse sentido, ressaltamos a importância deste estudo para ampliar o conhecimento referente à educação maringaense, bem como contribuir ao movimento de valorização de sua história local, por meio dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares e o Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, os quais fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além disso, devemos destacar que as análises fornecerão elementos para incrementar as pesquisas na área de História da Educação voltadas para o estudo das instituições escolares no Brasil.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizamos fontes bibliográficas que retratam o processo de colonização do município de Maringá, as quais englobam as pesquisas de Luz (1997), Sanches (2002), Reis (2004), entre outras. Em relação à história da instituição, recorremos a fontes primárias, tais como: livro ata sobre o histórico do estabelecimento de ensino, pasta de coletânea de leis, pasta de cadastro de professores e entrevistas semiestruturadas com cinco ex-docentes que lecionaram na instituição e com três ex-alunos que realizaram os seus estudos no período analisado, os quais permitiram a divulgação de seus nomes e depoimentos.

Para tanto, dividimos este artigo em três partes. Na primeira, abordamos alguns aspectos relacionados a fundação de Maringá. Na segunda, apresentamos a criação da supracitada instituição de ensino e, por fim, analisamos a formação e a qualificação do corpo docente que desenvolveu seus trabalhos nesse estabelecimento educativo. Constatamos que a grande maioria dos professores não possuía a devida formação para o magistério, situação esta resultante da ausência de escolas de formação de professores tanto em nível estadual, como nacional, conforme o contexto histórico de expansão do ensino nesse período em novas áreas ocupadas no Brasil.

## **A fundação do município de Maringá-Pr**

A ocupação do Norte do Paraná ocorreu por meio da expansão da cafeicultura paulista e pela colonização dirigida, esta especialmente a partir da década de 1920. Nesse sentido, Luz (1997, p. 18) nos esclarece que:

A nova cultura, beneficiando-se da fertilidade das terras recém desbravadas, atraía outros lavradores. Sua expansão se fez, na primeira fase, pela iniciativa particular de fazendeiros vindos principalmente das zonas cafeeiras em decadência de São Paulo e Minas Gerais, que viam nas terras paranaenses a possibilidade de ampliar suas lavouras [...].

Em relação à ocupação dirigida esta se processou por meio de companhias colonizadoras. Merece destaque o empreendimento realizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), responsável pelo surgimento de várias cidades, entre elas, Londrina, Apucarana, Mandaguari e Maringá, da região paranaense denominada Norte Novo.

Vale ressaltar que o início da ocupação de Maringá ocorreu a partir de 1938. Na década de 1940 um expressivo número de famílias veio para esse local, atraídas pela fertilidade das terras, propícias ao cultivo do café, e pela facilidade de aquisição de lotes. Desse modo, os pioneiros realizaram a derrubada das matas e formaram as primeiras lavouras cafeeiras e de cereais.

Nesse período, em um local mais acidentado, foram iniciadas as primeiras construções urbanas, as quais eram bem rústicas e feitas de madeira retirada das matas; este núcleo, anos depois, fora denominado Bairro Maringá Velho. Sanches (2002) nos revela que a companhia não possuía a intenção de que o Maringá Velho fosse um núcleo definitivo. Assim, esclarecia aos futuros compradores que a cidade seria localizada em um terreno mais plano e envolta por um projeto urbanístico arrojado, de forma a permitir a sua expansão e cuja parte central estaria atrelada ao traçado da estrada de ferro, vinda de São Paulo, a qual ligaria a região até Guaíra, localizada no Oeste do Paraná. Portanto, a empresa colonizadora não permitiu que o referido local crescesse muito, delimitando apenas seis quadras em meio à mata fechada para a instalação de comércios e residências. Desse modo, o povoado ficou sem se expandir por cinco anos até a fundação oficial da cidade. Sobre o início dessa localidade, Sanches (2002, p. 6) nos revela que

[...] as casas eram construídas de palmitos, a luz era de lampiões e a água era de poços profundos. A poeira vermelha nos dias de seca e a lama nos dias de chuvas, ficavam como um símbolo de fertilidade e das dificuldades enfrentadas pelos pioneiros, com a influência de recursos materiais e a ausência de saneamento básico. Entretanto eles superaram essas deficiências com várias alternativas, utilizando sua capacidade de improvisação e criatividade.

Cabe dizer que a CMNP estimulou a vinda de várias famílias para aquele povoado para que as mesmas exercessem suas atividades no intuito de que nada faltasse à população do pequeno núcleo e da zona rural. No entanto, os primeiros anos foram bem difíceis para a população, devido à falta de transportes, de assistência médica, de educação escolar, entre outros problemas.

No que tange às vendas dos lotes, estas foram feitas em maior número na década de 1940, os quais foram adquiridos, em sua maioria, por brasileiros, mediante o escritório da companhia em Londrina. Entre eles, se sobressaíram os paulistas, os mineiros e os nordestinos. Estes últimos foram os que “[...] mais contribuíram na derrubada da mata. A cidade deve muito àqueles anônimos peões que começaram a escrever nossa história com suas foices, machados e enxadas” (REIS, 2004, p. 38).

No que diz respeito aos estrangeiros, podemos citar os espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, alemães e russos. Segundo Luz (1997), os brasileiros representaram

82,9% dos compradores de lotes, enquanto os estrangeiros 17,1%. Em relação ao pagamento das terras, a autora complementa que os sítiantes tinham o prazo de até quatro anos e meio para quitá-las e, caso não conseguissem, a propriedade não lhes era tomada. Como a primeira colheita do café ocorria geralmente no quarto ano, nesse período é que a situação dos agricultores melhorava, pois a produção de cereais não gerava grandes lucros como a cafeicultura.

Vale ressaltar que o nome “Maringá” originou-se de uma canção feita por Joubert de Carvalho no ano de 1931, a qual retratava a seca do nordeste, notícia do momento nos jornais. Essa canção foi cantada em todos os pontos do país e, também, pelos caboclos que derrubavam as matas do Maringá Velho (SANCHES, 2002). Por iniciativa de Antenor Sanches, foi realizada uma campanha, aprovada pela população, para que a cidade adotasse o codinome de Cidade Canção.

Em 1942, a CMNP realizou a construção do Hotel Maringá, o primeiro que teve como seu arrendatário o Sr. José Inácio da Silva. Esse simples empreendimento visava ao atendimento de pessoas que estavam de passagem pelo local e os recém-chegados que não tinham onde se alojar (LUZ, 1997). Nesse momento, o núcleo do Maringá Velho possuía apenas uma rua principal e algumas transversais.

A chegada constante de colonos aumentou a população e, como não havia escola para as crianças, os pais precisavam contratar pessoas para ensinar os seus filhos nas próprias casas. Líderes locais como Ângelo Planas, Otávio Perioto e Napoleão Moreira da Silva se empenharam para que uma escola fosse construída para atender os pequenos estudantes. Conseguiram fazer com que a professora Dirce de Aguiar Maia, que lecionava em Cambé, localizada a 85 Km do núcleo maringaense, assumisse a Casa Escolar de Maringá, primeira escola do patrimônio. Esta passou a funcionar em março de 1946 e, posteriormente, recebeu uma nova denominação: Escola Isolada do Maringá Velho. De acordo com a *Revista Maringá Ilustrada* (1957), as aulas foram iniciadas com um grupo de 48 crianças em uma sala que continha 18 carteiras e uma mesa.

É importante destacar que, assim que a demarcação da estação da estrada de ferro foi concluída, a CMNP delegou ao engenheiro Dr. Jorge de Macedo Vieira a elaboração da planta da cidade, a qual foi finalizada após dois anos de trabalho. Ele utilizou o conceito de cidade-jardim, concepção mais avançada existente na época.

No ano de 1947, a CMNP transferiu seu escritório para Maringá e iniciou as vendas das datas no Maringá Novo. Em 10 de maio deste mesmo ano, aconteceu a fundação oficial da cidade, como distrito de Mandaguari. Para ligar o Maringá Novo ao Maringá Velho, foi aberta uma “picada”, atual avenida Brasil. A região referente ao Maringá Velho ficou conhecida como “fim da picada”, pois a mesma terminava ali. Reis (2004) esclarece que, nesse local, a CMNP exigia que os adquirentes dos lotes construíssem os seus estabelecimentos comerciais em curto prazo, de modo que a frente deveria ser de alvenaria e os fundos poderiam ser de madeira. Essa exigência tinha em vista impulsionar as construções e contribuir para o desenvolvimento do povoado.

Os anos de 1947 a 1949 foram marcados pelo maior número de famílias chegando a essa localidade, pois desejavam se estabelecer na promissora cidade. Segundo Luz (1997), devido ao acentuado progresso, tanto na zona urbana quanto na rural, a cidade apresentou, no ano de 1950, uma população de 38.588 habitantes e uma arrecadação municipal de Cr\$ 2.516.485,70. Nesse sentido, em 14 de novembro de 1951, por possuir os requisitos necessários, Maringá foi elevada à categoria de município pela Lei nº 790, mediante o projeto do Deputado Rivadavia Vargas, tendo como distrito Iguatemi, Floriano e Ivatuba. Em 9 de março de 1954, tornou-se Comarca de Maringá (REIS, 2004).

Cabe destacar que, no ano de 1952, foi inaugurado o primeiro ginásio da cidade, chamado Ginásio Maringá, pertencente à rede privada de ensino. No entanto, em vista da

impossibilidade de muitas famílias arcarem com esse tipo de estudo para os seus filhos, a população passou a reivindicar um ginásio público perante os líderes locais. Assim sendo, no ano de 1953, foi inaugurado pelo então prefeito Inocente Villanova Jr (1952-1956) o Ginásio Municipal de Maringá, posteriormente denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. É sobre sua criação que versaremos na sequência.

### **A criação do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal**

O crescimento demográfico de Maringá esteve atrelado, especialmente, à expansão da cafeicultura, à fertilidade de suas terras e à sua privilegiada topografia. Desse modo, a chegada constante de colonos em busca de um futuro melhor contribuiu para o crescimento da população e para o aumento da taxa de crianças em idade escolar, já que numerosas famílias vieram nela se estabelecer com sua prole. Essa situação foi amenizada, em 1946, com a construção da primeira escola primária: a Casa Escolar de Maringá. No entanto, até o início da década de 1950, não havia no distrito instituições que ofertassem o ensino secundário. Assim sendo, os estudantes que quisessem prosseguir os seus estudos tinham que se dirigir a outros locais do estado, como Jacarezinho e Curitiba. Assim que Maringá foi elevada à condição de município, a elite local passou a almejar por esse tipo de escola para seus filhos e, no ano de 1952, foi inaugurado o Ginásio Maringá, primeira instituição de ensino da rede privada a oferecer o ensino secundário. Conforme Lima (2011, p. 78), “[...] o Ginásio Maringá surgiu a partir da necessidade dos líderes que, além do interesse comercial, precisavam resolver o problema educacional dos filhos e da elite maringaense [...]”. Contudo, a grande maioria das famílias não podia arcar com os estudos de seus filhos em outra localidade nem no mencionado ginásio. Em razão disso, a população passou a reivindicar, junto aos líderes locais, uma escola pública secundária.

Mediante análise das atas das sessões da Câmara Municipal de Maringá do ano de 1953, observou-se que os vereadores se empenharam para a criação do curso secundário no município, dentre eles destaca-se Jorge Ferreira Duque Estrada (MARINGÁ, 1953). Na ata da sessão do dia 20 de janeiro de 1953, declarou que

[...] sua filha paga mensalmente Cr\$ 300,00 para estudar no Ginásio, o que taxou de absurdo, por isso que os menos favorecidos se veem impossibilitados de sustentar seus filhos em escolas, aumentando o número de analfabetos, fator principal do atraso de uma nação [...] (MARINGÁ, 1953, p. 8-9).

Dessa maneira, após vários esforços por parte dos que defendiam a criação dessa modalidade de ensino, foi criado em 02 de dezembro de 1953, na gestão do prefeito Inocente Villanova Junior, o Ginásio Municipal de Maringá. Este, no decorrer de suas atividades, recebeu diferentes denominações até ser nomeado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, em homenagem ao presidente do Banco Mercantil de São Paulo, um dos principais acionistas da CMNP.

O Ginásio Municipal de Maringá foi criado por meio do documento nº 2 da Lei Municipal nº 13 de 1953. Essa instituição de ensino passou a atender os estudantes no ano de 1954, tendo como seu diretor o professor Nicolau Ballas Barros. O espaço escolar compreendia uma quadra situada na rua Martim Afonso, local em que atualmente funciona o Instituto Estadual de Educação de Maringá. Conforme relatos de ex-alunos, o local era precário e mal acabado, nas salas de aula não havia piso, portas, nem janelas.

No entanto, durante o primeiro ano de funcionamento do Ginásio Municipal de Maringá, o município apresentou dificuldades para mantê-lo. Então, a Assembleia do Estado do Paraná autorizou a transferência desse ginásio para o sistema estadual de ensino, por meio da Lei nº 2.168 de 04 de agosto de 1954, a qual foi divulgada pelo Diário Oficial nº 124 de 06

de agosto de 1954. A partir desse momento, a instituição passou a ser denominada Ginásio Estadual de Maringá. A seguir, podemos observar um registro fotográfico da solenidade de sua estadualização.



Figura 1: Solenidade da Estadualização do Ginásio Municipal  
Fonte: Revista Maringá Ilustrada (1957)

A instituição, mesmo estadualizada, passou por dificuldades em relação ao pagamento dos professores. Devido a essa situação, o vereador Basílio Sautchuk elaborou um projeto de Lei para conceder uma ajuda mensal de Cr\$ 2.000,00 aos professores do Ginásio Estadual que trabalhassem mais de doze horas semanais. Ao secretário da escola e às zeladoras o auxílio seria de Cr\$ 1.000,00. Tal ajuda perduraria por dois anos a partir de 01 de janeiro de 1955, sendo abolida no momento em que o governador do estado concedesse aumento aos docentes (MARINGÁ, 1955).

Em 1955, foi realizada uma campanha para dar um nome ao Ginásio Estadual e o escolhido foi “Dr. Gastão Vidigal”. O Governador do Estado do Paraná, Adolfo de Oliveira Franco, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura, renomeou o

Ginásio Estadual de Maringá para Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal pelo Decreto Governamental nº 19.902 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

No ano de 1956, o Poder Executivo foi autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à construção de um prédio para o colégio, pois o mesmo continuava em condições precárias. Isso ocorreu por meio do Decreto nº 7.370 de 29 de dezembro de 1956, o qual atribuiu ao Ginásio Estadual Dr. Gastão Vidigal o nome de Colégio Estadual de Maringá, o qual, por sua vez, passaria a funcionar a partir do ano letivo de 1957 (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975).

Em 28 de agosto de 1958, a instituição foi novamente renomeada, passando a chamar-se Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal. Esse ato ocorreu mediante o Decreto nº 18.808, o qual autorizava o funcionamento do segundo ciclo de estudos (COLÉGIO

ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). Nesse momento, o prédio escolar se apresentava em melhores condições, graças à verba que recebera do estado.

No ano de 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), conhecida como Lei 4024/61. Dentre as suas diretrizes, têm-se a instituição da flexibilidade curricular, a articulação dos diversos graus e ramos e a divisão do ensino de grau médio em ginásial (quatro séries) e colegial (três séries), os quais ofertariam disciplinas obrigatórias e optativas (BRASIL, 1961). Mediante análise dos relatórios finais das turmas do colégio, a partir da implantação da primeira LDB, identificamos que a instituição ofertou disciplinas obrigatórias e optativas, adequando-se ao sistema educacional vigente.

Cabe dizer que o número de estudantes na instituição aumentava a cada ano e, no início da década de 1960, as instalações físicas da instituição em estudo tornaram-se insuficientes para atender a classe estudantil. Assim, no ano de 1964, iniciou-se o processo de licitação para a construção de um novo prédio para o colégio. Após esse processo, as obras foram iniciadas e sua conclusão ocorreu no ano de 1967. No 2º semestre desse mesmo ano, o colégio foi transferido para esse local, o qual se situava na Rua Líbero Badaró, bairro Zona 7, onde localiza-se atualmente. Nesse momento, havia 1.886 estudantes matriculados e 80 docentes lecionando na instituição, quadro este que ratificava a demanda por um espaço mais amplo para o atendimento aos alunos (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1966-1967).

Em função da Lei 5692/71, o colégio precisou adequar a sua denominação, o que ocorreu somente a partir do Decreto nº 1.361 de 23 de dezembro de 1975, por meio do qual passou a ser denominado Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal – Ensino de 1º e 2º graus (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1953-1975). Por meio desse decreto, foi autorizado o funcionamento do ensino de 1ª a 8ª séries do 1º grau e dos cursos técnicos de Redator Auxiliar, Tradutor e Intérprete, Auxiliar Sanitarista, Auxiliar Técnico em Eletricidade e Desenhista de Arquitetura, como 2º grau, em substituição ao curso colegial (NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ, 2012).

Desse modo, a instituição de ensino prosseguiu os seus trabalhos no município, adequando-se a outras leis da educação que, posteriormente, foram estabelecidas pelo governo. Nesse sentido, vale ressaltar que o Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal contribuiu para a educação maringense e para o desenvolvimento da cidade. Essa instituição, funcionando há 61 anos em Maringá é considerada como um dos estabelecimentos públicos de ensino mais sólidos do município.

### **A formação e qualificação do corpo docente**

Ao pesquisar sobre a história de uma instituição de ensino, Nosella e Buffa (2008) nos aconselham o estudo do seu corpo docente, assim como de sua formação acadêmica. Nesse sentido, abordaremos a questão formativa dos professores que atuaram no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, com o intuito de compreender a qualificação destes para o exercício do magistério.

É fundamental relatar que, no ano em que o mencionado colégio fora criado, não havia, no município, escolas para formação de professores, e os que gostariam de cursar o ensino superior tinham que realizá-lo em outra localidade. Sobre essa questão, Waldemar Allegretti nos explicou que

[...] quando o Norte do Paraná foi colonizado, as famílias vieram com seus filhos em idade escolar. Aqueles que tinham condições financeiras mandavam os filhos para o internato em Jacarezinho ou São Paulo. As crianças que não tinham essas condições terminaram aqui o primário e ficaram sem poder estudar. Então, o Governo do Estado resolveu criar uma série de ginásios no Norte do Paraná. No entanto, só havia nessa época, escolas superiores para professores em Curitiba. Assim,

[para dar aula] foi se aproveitando de advogados, contadores, ex-seminaristas... (ALLEGRETTI, 2013).

Desse modo, devido à carência de profissionais especializados na área da educação, ocupou o cargo de docência nessa instituição uma quantidade expressiva de pessoas sem a devida formação específica para o exercício do magistério nas áreas das disciplinas ministradas ou não possuíam formação em nível superior, o que pode ser verificado, mediante análise do livro ata dos cadastros de seus professores. No ano de 1954, existem dois registros nesse documento, são eles: Ruy Rebello Vieira, formado em Direito, História e Geografia; e Oltino Borba, graduado em Direito (COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL, 1954-1969). No que concerne ao ano de 1955, há dez registros no referido livro ata, apresentados por meio do quadro a seguir:

Professor	Formação
Aniceto Matti	Conservatório Musical
Dalysbor Gomes de Oliveira	Curso de Educação Física
Geraldo Altoé	Ginásial - Clássico
Giaméro Monacci	Curso Superior de Inglês e Francês
Idalina Augusta Allegretti	Ginásial
José Hiran Sallée	Colegial Clássico - Seminário
Nadyr Maria Allegretti	Escola Normal Secundária
Oltino Borba	Curso de Direito
Ruy Rebello Vieira	Curso de Direito
Waldemar Allegretti	Curso Técnico de Contabilidade

Quadro 1: Registro dos professores (1955) – (elaborado pelas autoras)  
Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Ao analisar o quadro anterior, é possível verificar que, dentre esses professores, vários não possuíam a formação específica para exercer o magistério. Esta foi a situação, por exemplo, de Waldemar Allegretti, o qual, em entrevista, pontuou que: “[...] acabei sendo improvisado professor como a maioria da época. Naquela ocasião tinha advogado, mas a maioria eram pessoas que tinham nível médio, ex-seminaristas, pessoas que sabiam um pouquinho mais que os alunos”.

Contudo, para lecionar, as pessoas que não possuíam formação na área da educação precisavam ser aprovadas no exame de suficiência. Sobre esse aspecto, o professor Waldemar Allegretti (2013) complementou:

O Ministério da Educação criou o exame de suficiência. Quem passasse nesse exame recebia um certificado para poder lecionar onde não houvesse faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A maioria de nós [professores da época], com raríssimas exceções, são pessoas oriundas desse meio.

É possível compreender, por meio desse relato, que diversas pessoas exerceram o magistério sem qualificação na área de ensino, em virtude da aprovação nos exames de suficiência. Assim, ao analisarmos os registros no livro ata referentes aos anos de 1956 a 1959, identificamos a mesma condição. Desse modo, apresentamos, no quadro que segue, a quantidade de professores com a devida formação na área da educação e os que não a possuíam.

QUADRO DOCENTE		
Ano	Com formação na área da educação	Sem formação na área da educação
1956	05	04
1957	07	07
1958	09	11
1959	15	12

Quadro 2: Formação do quadro docente no período de 1956 a 1959 (elaborado pelas autoras)  
 Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Com base nos dados apresentados, é possível verificar o elevado número de docentes sem qualificação para o magistério. Em relação à década de 1960, o quadro nacional era marcado pela falta de instituições de nível superior que pudessem preparar os professores para trabalhar no ensino secundário, seja no ginásio ou no clássico. Havia um crescimento do número de Escolas Normais destinadas à formação de professores para atuar no ensino primário, contudo não atendia a demanda. Esta constatação nos permite refletir sobre a precariedade de conhecimentos dos professores sobre didática e metodologia do ensino. Os dados revelam que no Colégio estudado, cinquenta por cento, aproximadamente não tinham a formação para o magistério.

QUADRO DOCENTE		
Ano	Com formação na área da educação	Sem formação na área da educação
1960	19	09
1961	18	08
1962	13	12
1963	20	08
1964	23	19

Quadro 3: Formação do quadro docente no período de 1960 a 1964 (elaborado pelas autoras)  
 Fonte: Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal (1954-1969)

Por meio do quadro 3, constata-se o crescimento no número de profissionais habilitados na área da educação, porém ainda havia a ocorrência de professores que ministraram aulas sem terem cursado uma licenciatura. Sobre a contratação de pessoas sem a devida formação para o magistério, também destacamos o caso da professora Maria Sellmann, que assumiu aulas de Francês – por apresentar bom desempenho nessa disciplina – no ano de 1962, enquanto cursava o colegial na própria instituição. Assim nos relatou: “Eu estava no terceiro colegial. Estudava e lecionava ao mesmo tempo. Estudava à noite e ministrava aulas pela manhã. Inicialmente, [...] comecei com a disciplina de Francês” (SELLMANN, 2013). Esse fato não apenas ratifica a falta de profissionais na área de educação, mas também revela uma das maneiras de suprir o quadro de professores do colégio naquela época.

Outro fato que não podemos deixar de mencionar refere-se à contratação de Marli Maciel de Campos, primeira professora formada na área de ensino, vinda de outro município, para lecionar na instituição. A mencionada docente possui formação em Letras

Clássicas e iniciou as suas atividades no ano de 1964. Por meio de suas palavras, podemos verificar a situação formativa em que se encontrava o corpo docente do colégio:

[...] havia professores de Português, mas não eram formados, como: ex-padres, ex-seminaristas e advogados. Pessoas formadas em Engenharia e Contabilidade davam Matemática. Havia só três ou quatro professores formados que eram da cidade. Eu fui a primeira professora formada, de fora, a lecionar no colégio (CAMPOS, 2013).

Mediante as palavras da referida professora, podemos compreender que vários alunos foram escolarizados por profissionais de diversas áreas. Contudo, é necessário salientar que, entre os anos de 1965 a 1975, não foi possível determinar a condição formativa dos professores, devido à falta desse registro em seus cadastros. No entanto, verificamos, pelos dados colhidos, que diversos profissionais e, até mesmo, estudantes, ministraram aulas na instituição, devido ao número insuficiente de pessoas habilitadas na área da educação.

Observamos que a demanda pela escola pública primária e secundária crescia, no entanto havia carência de formação do professorado. O número restrito de vagas ofertado em nível superior localizado nos maiores centros urbanos e as distâncias dos moradores de regiões afastadas dessas localidades inviabilizavam a formação e a contratação de professores com formação específica em nível superior. A ausência dessa qualificação, embora os esforços individuais declarados nas entrevistas para que se ministrassem boas aulas, leva-nos a inferir que o ensino ofertado era improvisado, visto que os professores aprendiam a dar aulas com a prática e observando os professores mais antigos, repetindo as aulas tais quais vivenciaram enquanto alunos. Saber um pouco mais do que os alunos permitia o exercício do magistério num contexto carente de mão de obra especializada. Se a constatação desse quadro mostra-nos a necessidade de investimentos na formação, observamos o quanto essa questão é delicada e urgente. Até o presente momento, a qualificação adequada para o exercício do magistério continua sendo um desafio.

### **Considerações finais**

O povoamento do Norte do Paraná esteve atrelado à expansão da cafeicultura cafeeira. Nessa região se destaca o município de Maringá, fundada para ser um polo regional devido a fertilidade de suas terras e por sua privilegiada topografia. No entanto, a questão educacional foi um dos problemas enfrentados pela população, o qual se iniciou pela ausência de escolas de ensino primário, amenizada, a partir do ano de 1946, por parte de alguns líderes locais pela contratação da professora Dirce de Aguiar Maia, que residia em Cambé-Pr.

Nos anos seguintes, emergiu a necessidade de escolas de ensino secundário, e esta fora instituída no município após várias reivindicações por parte da população que não tinha condições de custear os estudos dos filhos em outra localidade ou na rede privada de ensino, inaugurada em 1952, para atender principalmente os filhos da elite maringense. Nesse contexto, fora instituído, em 1953, o Ginásio Municipal de Maringá, atualmente Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal, primeiro estabelecimento público de ensino a ofertar o primeiro ciclo do curso secundário na cidade.

Vale destacar que, por meio dos dados apresentados, foi possível verificar que a instituição enfrentou vários problemas, dentre eles, a falta de professores qualificados para o magistério devido à ausência de escolas de formação de professores no município e na região. Sobre essa questão, Miguel (1992) complementa que, no final da década de 1950, a falta de docentes formados no nível secundário foi uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo governo paranaense. Diante disso, é possível compreender que o caso de Maringá não era um fato isolado, pois outros municípios enfrentavam o mesmo problema.

De acordo com Santos e Cerqueira (2009), o sistema de ensino superior no Brasil

creceu lentamente até a década de 1960, época de formação das universidades federais, da criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da expansão do sistema universitário estadual paulista. Tal situação, nos leva a inferir que a quantidade de professores formados para atuar no nível secundário no país era menor que a sua demanda. Nesse sentido, as análises desenvolvidas neste trabalho nos demonstram que as dificuldades da instituição em contratar profissionais qualificados para o magistério estavam em consonância com o que ocorria no Brasil tanto em nível estadual quanto nacional. Esta dificuldade foi revelada pelo estudo realizado no Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal.

## NOTAS

<sup>4</sup>Conforme o Dicionário de Português OnLine (2014), quadra é a designação de um espaço, terreno em formato de quadrado.

<sup>5</sup>Pioneiro da cidade e vereador por sete mandatos.

<sup>6</sup>Conforme Passini e Melo (2006), em uma cidade-jardim, as ruas ajustam-se ao desenho do relevo, as avenidas apresentam-se largas e com canteiros centrais arborizados, há praças, jardins e parques, bem como calçadas largas com a presença de uma árvore por lote.

<sup>7</sup>Fundador e redator de pequeno jornal na cidade de Castro-PR, membro do diretório da União Democrática Nacional (UDN), venceu as eleições para deputado em 1947 e reelegeu-se na eleição seguinte (SANCHES, 2002).

<sup>8</sup>Comerciante natural da cidade de Curitiba e primeiro prefeito do município (REIS, 2004).

## REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**: Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < <http://www.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.
- Dicionário de Português On Line. 2014. Disponível em: <<http://www.lexico.pt/quadra/>> Acesso em: 05 nov. 2014.
- LIMA, Aldivina Américo. **Ginásio Maringá (1952-1963)**: história da implantação de uma instituição escolar. 2011. 336 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011.
- LUZ, France. **O Fenômeno Urbano Numa Zona Pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **A Escola Normal no Paraná**: instituição formadora de professores e educadora do povo. 1992. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/9.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2014.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. **As Pesquisas Sobre Instituições Escolares**: o método dialético marxista de investigação. Eccos. Revista Científica, v.7, n.2, p.351-368. jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www4.uninove.br/ojs/index.php/eccos/article/viewFile/421/427>> Acesso em: 23 jul. 2013.
- PASSINI, Elza Yasuko; MELO, Danilo Caires Tinoco Bisneto; et al. **Atlas Escolar de Maringá**: ambiente e educação. Maringá: EDUEM, 2006.
- REIS, Osvaldo. **Maringá 60 anos**: a história em conta-gotas. Maringá: Gráfica Primavera, 2004.
- SANCHES, Antenor. **Maringá**: sua história e sua gente. Maringá: Massoni, 2002.
- SANTOS, Adilson Pereira; CERQUEIRA, Eustaquio Amazonas. **Ensino superior**: trajetória

histórica e políticas recentes. 2009. Disponível em:  
<<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>> Acesso em 13 nov. 2014.

### Fontes Primárias

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Cadastros de Professores**. 1954-1969. 100f.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Correspondências Expedidas e Recebidas**. 1966-1967. Não paginado.

COLÉGIO ESTADUAL DR. GASTÃO VIDIGAL. **Histórico do Estabelecimento**. 1953-1975. p.1-18.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Ata da sessão de 20 jan. de 1953**. Maringá: A Câmara, 1953. Livro I de 20 dez 1953 – 6 de maio de 1953. p. 7-9.

MARINGÁ. Câmara Municipal. **Lei nº 11/55 de 30 de novembro de 1955**. Maringá: A Câmara, 1955. Livro 5 Projeto de Leis nº 1 a 19 de 1955.

NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE MARINGÁ. **Vida Legal do Estabelecimento de Ensino**. 2012. 3f.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. **Edição Comemorativa do Décimo Aniversário de Maringá**. 1957.

### Entrevistas

ALLEGRETTI, Waldemar. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffo Caraçato. Entrevista concedida em 11 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

SELLMANN, Maria Malta do Nascimento. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffo Caraçato. Entrevista concedida em 12 de junho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

CAMPOS, Marli Maciel de. Entrevistadora: Viviane de Oliveira Berloffo Caraçato. Entrevista concedida em 10 de julho de 2013 na cidade de Maringá/PR.

Recebido em: 19/12/2014

Aprovado para publicação em: 30/04/2015